

## **CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE**

### **RESOLUÇÃO Nº 309, DE 08 DE MARÇO DE 2001**

O Plenário do Conselho Nacional de Saúde, em sua Centésima Sexta Reunião Ordinária, realizada nos dias 07 e 08 de março de 2001, no uso de suas competências regimentais e atribuições conferidas pela Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e pela Lei nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, e **considerando que:**

**a)** o alarmante crescimento da mortalidade por causas externas no país nas últimas décadas, que em vários centros urbanos já ultrapassa a causada pelo câncer, figurando como a segunda causa de mortalidade;

**b)** dentre as várias causas externas de mortalidade, o que cresce mais intensamente são os homicídios, que na última década ultrapassaram os acidentes de trânsito, colocando-se como a primeira causa de mortalidade entre os adolescentes e adultos jovens;

**c)** as causas externas matam, anualmente, em nosso país, por volta de 120.000 pessoas, mais que todas as doenças infecto-contagiosas, e mais que o total de soldados norte-americanos mortos nos doze anos de guerra do Vietnã, o que nos constrange em reconhecer o estado de plena guerra civil em nossa sociedade.;

**d)** cresce igualmente a morbidade por causas externas, apesar do baixo registro, totalizando em várias vezes a mortalidade, verdadeira multidão de mutilados e portadores de várias deficiências e incapacidades, com o conseqüente e altíssimo custo social imposto às famílias e à população;

**e)** as causas básicas da morbimortalidade por acidente e violência em nosso país, encontram-se ligadas aos alarmantes níveis de desigualdade, pobreza, impunidade e descontrole do tráfico de armas e drogas, assim como à aparente fragilização dos valores sociais da justiça, solidariedade, igualdade de oportunidades e da esperança, e

**f)** as causas básicas apontadas no item anterior não justificam, contudo, a baixa prioridade com que as políticas públicas, inclusive a de saúde, vêm tratando a questão, tanto quanto à participação dos órgãos de saúde em ações de promoção, proteção e recuperação da saúde dos vários grupos expostos a esse grave risco, como à explicitação de metas e compromissos nos planos e orçamentos de saúde das três esferas de governo, de redução da morbimortalidade por acidente e violência,

#### **RESOLVE:**

**1.** Aprovar a proposta do Ministério da Saúde de Política Nacional de Redução da Morbimortalidade por Acidente e Violência;

**2.** Criar Grupo de Trabalho no Conselho Nacional de Saúde, composto pelos Conselheiros representantes da Comunidade Científica e da Sociedade Civil – ABRASCO (Coordenador), COBAP, Comunidade Científica e Sociedade Civil, CONASEMS, CNBB-Pastoral da Criança e Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi-FENASP, com o objetivo de acompanhar a implementação desta política, nas três esferas da Gestão do SUS, e propor ao CNS ações de informação e mobilização dos Conselhos de Saúde, entidades e

instituições da sociedade, com vistas à elevação do tratamento desta questão ao primeiro nível de prioridade das Políticas Públicas e de Saúde, e

**3.** Estabelecer o prazo de trinta a sessenta dias para o Grupo de Trabalho apresentar um primeiro relato ao Plenário do CNS.

**JOSÉ SERRA**

Presidente do Conselho Nacional de Saúde

Homologo a Resolução CNS nº 309, de 08 de março de 2001, nos termos do Decreto de Delegação de Competência de 12 de novembro de 1991.

**JOSÉ SERRA**

Ministro de Estado da Saúde